

Cultura material e trabalho nos serviços de mineração do Distrito Diamantino (Minas Gerais, século XVIII)¹

Material culture and work in the mining services of the Diamantino District (Minas Gerais, eighteenth century)

RÉGIS CLEMENTE QUINTÃO²

Universidade Federal de Minas Gerais / Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO: Com o propósito de intensificar o controle sobre a produção e o comércio de diamantes na segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa criou a Real Extração. De 1772 em diante, esta nova administração passou a adquirir em mercados locais e europeus tudo que fosse necessário à extração das pedras preciosas e à sobrevivência de seus empregados no Distrito Diamantino. Neste artigo, estuda-se esse abastecimento pela perspectiva da cultura material, com o objetivo de evidenciar as relações possíveis entre os elementos materiais utilizados no cotidiano da extração e o trabalho de centenas de empregados e milhares de escravos. Assim, materiais para mineração, materiais de escritório, tecidos e aviamentos, artigos de luxo, drogas de botica e alimentos não serão apenas descritos, mas analisados naquele contexto social específico. O estudo da interação entre homens e objetos, longe de se apresentar como trivial, desvela o funcionamento de um mundo do trabalho ainda pouco conhecido pela historiografia da mineração.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura material. Mineração. Diamantes. Real Extração. Trabalho.

ABSTRACT: The *Extração Real* (Royal Extraction) was created in the second half of the eighteenth century by the Portuguese Crown to intensify their control over the production and trade of diamonds. From 1772 onwards, the new administration began to acquire in European and local markets, everything that was necessary for the extraction of precious stones and the survival of its employees in the Diamantino District. In this article, we study this supply through material culture, with the objective of evidencing the possible relations between the material elements used in the

1. Este texto é resultado de dissertação de mestrado defendida em abril de 2017 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Dr. José Newton Coelho Menezes. A pesquisa contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa de Excelência Acadêmica (Proex). Cf. Quintão (2017).

2. Mestre e doutorando em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: <regis.quintao@gmail.com>.

daily extraction and the work done by hundreds of employees and thousands of slaves. Thus, materials for mining, office supplies, fabrics and sewing items, luxury goods, drugs and food will not only be described, but analyzed in that specific social context. The study of the interaction between men and objects, far from being trivial, unveiled the operation of a labor world still little known by the historiography of mining.

KEYWORDS: Material culture. Mining. Diamonds. Royal Extraction. Work.

O Distrito Diamantino, localizado ao nordeste da Capitania de Minas Gerais, era composto por diversos arraiais e povoados: Tejuco, Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro. Dentre eles, o Tejuco se destacou por ser o principal núcleo urbano e abrigar a sede administrativa da extração de diamantes. Primeiro, a Intendência dos Diamantes, criada em 1734, responsável por fiscalizar a exploração e o pagamento de tributos no período da capitação e dos contratos; e, depois, a Real Extração, instituída por decreto régio de 1771, com o objetivo de controlar efetivamente a produção então monopolizada pela Coroa portuguesa. Sem dúvidas, o referido arraial era o centro das decisões burocráticas. Ali, sob observação das leis e dos regulamentos, os administradores desenvolviam e executavam os planos anuais de mineração das gemas, distribuíam atividades e deveres, fiscalizavam o trabalho dos agentes da mineração. No entanto, as ingerências no “escritório” dizem pouco sobre o dia a dia dos responsáveis de fato pela extração dos diamantes. Para essa abordagem, outros locais – praticamente inexistentes nas análises historiográficas relativas à região diamantina – devem ser considerados.

As lavras ou serviços de mineração, como eram chamados, são espaços privilegiados para análises que buscam perscrutar o cotidiano da produção diamantífera. Nesses ambientes, a relação entre os homens e as coisas evidencia as dinâmicas sociais que permeavam o trabalho, o controle sobre os corpos, o espaço e os objetos. Comumente estabelecidas nos leitos dos rios e ribeirões da área demarcada e longe do centro administrativo, entre as lavras se destacam: Acaba Saco, Angu Duro, Bom Sucesso, Borbas, Cachoeira, Caldeirões, Canjica, Capivari, Carrapato, Córrego das Almas, Currealinho, Datas, Galvão, Inhaí de Cima e de Baixo, Itaipaba, Macacos, Macaúbas, Massangano, Mata-Mata, Mato, Mendanha, Mosquito, Ó, Pinheiro, Santa Maria, Paraúna, Passagem,

Passão, Pousos Altos, Samambaia, Santa Maria, São Bartolomeu, Simão Vieira e Sumidouro das Almas. A organização espacial dos serviços diamantíferos não era nada simples; geralmente, as lavras diamantinas contavam com dispensas, “fábricas de mineração”, paióis, moinhos, currais, armazéns, oficinas, rancharias, chácaras, senzalas, capelas e boticas. Assim, os homens que se ocupavam da mineração de diamantes viviam e trabalhavam no mesmo local.

Nesse sentido, a tendência de separação entre vida e trabalho, assinalada pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson ao estudar a disciplina de trabalho e a percepção do tempo pelos ingleses da *Época Moderna*,³ não se apresenta tão demarcada nesta região da América portuguesa. É bem verdade que nos serviços de mineração havia preocupação com a administração do tempo e controle sobre os corpos dos empregados, sobretudo dos escravos. Na documentação examinada, é perceptível a ideia de produzir mais em menos tempo, ficando claro que ali o trabalho era o motor das relações sociais. No entanto, as construções existentes nas lavras evidenciam que tudo era sistematicamente organizado para que os empregados pudessem viver e trabalhar no mesmo local; há uma ordenação implícita. A explicação reside na considerável distância da maioria dos serviços em relação ao Arraial do Tejuco e em que determinadas temporadas de extração poderiam se estender por meses, de acordo com o período das águas ou da seca. Assim, era mais fácil se estabelecer na área até o esgotamento dos depósitos diamantíferos. Apesar do afastamento, toda sorte de materiais e víveres necessários à exploração e à sobrevivência dos empregados era enviada do centro administrativo. Se as edificações apontam para a mistura entre vida e trabalho, a análise de elementos materiais, como ferramentas, roupas e artigos de uso cotidiano, indica a complexidade de uma cultura que não pode ser compreendida a partir de uma perspectiva que diferencia excessivamente o material e o imaterial. Para entender os sentidos da vida e do trabalho no Distrito Diamantino, é preciso considerar o material e o imaterial como uma só cultura.

A respeito dessa discussão conceitual, e baseando-se nas reflexões de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses,⁴ José Newton Coelho Meneses argumenta que “não há, a rigor, uma cultura que possa cindir entre o material e o imaterial”.⁵ Por outro lado, o autor reconhece que “podemos distinguir a materialidade da cultura das representações mentais e do pensamento religioso, político, filosófico, artístico, da construção linguística etc., mas não podemos separá-los, tratá-los na individualidade redutiva”.⁶ Meneses estranha o didatismo, a seu ver, simplificador da separação entre cultura material e imaterial. Para ele, “no processo de vivência, ou de outra forma, na dinâmica das experiências humanas ao viver, tudo é cultura, intrinsecamente compondo repertórios de construções de realidades”.⁷ Nesse

3. Thompson (1998).

4. Cf. Meneses, Ulpiano (1983).

5. Meneses, José (2011, p. 398).

6. Meneses, José (2011, p. 400).

7. Meneses, José (2011, p. 400).

8. Meneses, José (2011, p. 400).

9. Esta abordagem é tributária das proposições de Marcelo Rede (1996, 2003, 2012).

10. A referida documentação manuscrita pode ser consultada em Boschi e Quintão (2015).

11. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (1772-1789).

12. Biblioteca Nacional de Portugal (17--?).

sentido, o autor conjectura que o objetivo da história seria “não apenas a descrição dos objetos e das técnicas em um processo temporal de mudanças e de permanências, mas a interpretação de realidades sociais que os usam, distintas no tempo”.⁸

Partindo dessa premissa, é objetivo deste texto não apenas descrever o material, mas também explicar seu uso, suas possibilidades e seus sentidos sociais nos serviços de mineração do Distrito Diamantino na segunda metade do século XVIII, a fim de esclarecer as articulações entre materialidade, vida e trabalho.⁹ Para tanto, utilizaremos, sobretudo, documentação manuscrita pertencente ao fundo do Erário Régio do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal,¹⁰ com destaque para o *Livro de registro de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes*, que abrange o período compreendido entre 1772 e 1789.¹¹

OS AGENTES DA MINERAÇÃO

Se a vida e o trabalho – ou o material e o imaterial – não se separavam, sujeitos e objetos também não. Antes de passarmos ao estudo dos artefatos, é preciso identificar quem eram esses homens e quais suas ocupações na mineração. No Tejuco, a sede da administração contava com poucos agentes: havia o famoso cargo de intendente, um contador, um fiscal e um escrivão. A partir de 1772, o centro de decisões relativas aos diamantes passou a dispor de três caixas-administradores, um tesoureiro e um guarda-livros; para as atividades extrativas, porém, havia uma enorme quantidade de empregados que desempenhavam o trabalho mais pesado nos serviços diamantíferos. Em um mapa de despesa relativo ao pagamento de ordenado nas referidas áreas de extração, além dos citados administradores-caixas, do guarda-livros e escriturário, constam: 1 comprador de mantimentos, 1 feitor de armazém, 1 médico, 1 cirurgião, 2 enfermeiros, 2 boticários, 1 procurador de lavras, 1 porteiro da Junta, 12 moleiros e paioleiros, 5 arrieiros “que andam com as tropas”, 1 ferrador, 13 ferreiros, 12 carpinteiros, 11 capelães, 21 administradores subalternos, 351 feitores e 46 pedestres da Administração.¹² Entre os empregados citados, os oficiais mecânicos se destacam – apesar de não participarem diretamente da extração de diamantes, eram indispensáveis nas lavras, pois transformavam praticamente toda matéria-prima importada, das quais falaremos a seguir, ao fabricar ferramentas fundamentais como o almocafre, a alavanca, a enxada, a cavadeira, além de construir bicames, rancharias, capelas, arrimos e paióis pela área demarcada. Eram homens comuns, muitas vezes

anônimos, mas os responsáveis pela confecção de objetos indispensáveis ao cotidiano mineiro.¹³

No entanto, a mão de obra escrava era a principal. Antes de iniciar sua administração em 1771, a Real Extração comprou 581 escravos do sexto contrato dos diamantes, “avaliados em diversos preços”, totalizando 52:510\$000.¹⁴ Aqui, uma constatação importante diz respeito à existência de escravos próprios que trabalhavam juntamente com os alugados – a Junta Diamantina, portanto, ao contrário do afirmado por Caio Prado Júnior, dispunha de escravos próprios.¹⁵ Nos anos iniciais da monopolização régia, os administradores registraram no livro-mestre a quantia de 843\$600 réis, equivalente a 12 “escravos próprios da dita Administração que faleceram no ano de 1774”.¹⁶ No lançamento das despesas relativas a 1775, fica evidente a separação entre negros alugados e próprios: para os primeiros, os gastos se referem basicamente ao pagamento de jornais;¹⁷ já os custos com os últimos eram mais amplos. No diário foram anotadas as somas das fazendas gerais adquiridas para o “vestuário dos escravos próprios da Administração”¹⁸ e as correspondentes aos “medicamentos que se consumiram no dito ano no curativo dos escravos próprios da Administração, enfermos no seu hospital”.¹⁹

Segundo Joaquim Felício dos Santos, a Real Extração teria iniciado seus trabalhos com 3.610 escravos distribuídos entre as lavras.²⁰ Se os números do memorialista estiverem corretos, podemos constatar que, neste período, a maior parte da mão de obra era alugada, já que do total mencionado, apenas 581 seriam próprios da administração. Ao longo dos anos, para o autor, esse número oscilou de acordo com a retração da produção e a variação do preço do diamante, mas até 1795 a média teria sido de 4 a 5 mil negros.²¹ Os números não são absurdos se levarmos em conta o contingente populacional da região. Segundo Júnia Ferreira Furtado, “a Comarca do Serro do Frio apresentou um crescimento constante, passando de 9 mil habitantes em 1738, quando começou a exploração do diamante, para cerca de 60 mil habitantes em 1776”.²² A composição da população era a seguinte: 23% de brancos, 26% de pardos e 51% de negros. Quanto ao gênero, 67% eram homens e 33%, mulheres.²³

A partir de 1º de janeiro de 1772, com o monopólio, a Real Extração passou a conduzir todas as tarefas ligadas à produção e ao comércio dos diamantes. Desse modo, houve a necessidade de importar ou adquirir do mercado local tudo que fosse essencial ao trabalho diamantífero e à sobrevivência dos envolvidos no processo. Certamente, o objetivo maior era evitar o descaminho das pedras preciosas. Para o efetivo controle das atividades burocráticas e extrativas realizadas no Arraial do Tejuco e nos serviços de mineração, a importação de livros de natureza fiscal foi imprescindível. Assim, livros de caixa, de carregações,

13. Cf. Meneses, José (2013).

14. Biblioteca Nacional de Portugal (1771).

15. Prado Júnior (2011, p. 192).

16. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (1786a, p. 59).

17. Idem (1786b, p. 65).

18. Ibidem, p. 65.

19. Ibidem, p. 76.

20. Santos (1976, p. 138).

21. Santos (1976, p. 170).

22. Furtado (2008, p. 42).

23. Furtado (2008, p. 42).

24. Uma resma equivale a vinte mãos de papel ou quinhentas folhas (Bluteau, 1728, v. 10, p. 284).

de despenseiros, de contas correntes, de conhecimentos e os importantes diários de razão foram adquiridos para o gerenciamento das receitas e despesas da instituição. Assuntos como compra e venda de mercadorias, morte de animais nos serviços de mineração, jornais de alugueis de escravos e entrada e saída de diamantes dos cofres da intendência eram sistematicamente registrados. A preocupação central era evitar desperdícios financeiros, aumentando, por outro lado, as arrecadações.

ESCREVER, TRANCAR, REZAR: O COTIDIANO DA ADMINISTRAÇÃO

Além desses livros, foram compradas quantidades de materiais considerados caros no período, como o papel. Bem no início da Real Extração, 50 resmas de “papel bom”, 10 resmas de “papel de boa qualidade”, 5 resmas de “papel de França” e 37 resmas de “papel pequeno” foram enviados do Rio de Janeiro.²⁴ No entanto, passados os primeiros anos da administração diamantina, a importação de papel passou a ser feita exclusivamente de Lisboa. Entre 1774 e 1789, os seguintes tipos foram recebidos no Tejuco: papel AP 1º sorte, 140 resmas; papel AP 2º sorte, 20 resmas; papel de embrulhar, 38 resmas; papel de França, 12 resmas; papel de França marca grande, 18 resmas; papel de França pequeno, 8 resmas; papel de Gênova, 10 resmas; papel de Holanda bastardo, 4 resmas; papel de Holanda marca grande, 26 resmas; papel de Luca 1º sorte, 60 resmas; papel de Luca, 138 resmas; papel Imperial, 1 resma; papel pardo, 2 resmas; papel pardo marca grande nas cabeças, 2 resmas e; papel pardo nas cabeças, 4 resmas.

Para registrar a escrita nos dispendiosos suportes, grande quantidade de penas foi comprada entre 1772 e 1774. Somando-se as remessas do Rio de Janeiro e de Lisboa, a administração diamantina adquiriu 3.000 penas de escrever, sendo 500 do tipo “meia [sic] secretária”, 1.000 “ordinárias” e 1.500 penas de escrever comuns, além de 16 centos de “penas de escrever de linha verde” também importados de Lisboa no início do monopólio sobre os diamantes. É interessante ressaltar que, provavelmente, os responsáveis pelo lançamento e registro das informações concernentes à Real Extração eram habilidosos artífices da escrita. Observamos nos diversos códices pesquisados certo padrão de ortografia e gramática: praticamente a mesma letra em todos os livros, espaços entre frases e muita legibilidade na grafia, indicando se tratar de mãos treinadas.

Sinetes de prata, tesouras de escritório de tamanhos diversos e pastas de papelão foram outros materiais comprados para uso do expediente da Real Extração. Também foram enviadas ao Tejuco oito resmas dos famosos bilhetes impressos encadernados em livros, que funcionavam como uma espécie de moeda-papel no Distrito Diamantino. Segundo Joaquim Felício dos Santos, eles eram usados quando a Administração não possuía fundos e precisava comprar mantimentos, pagar alugueis de escravos, jornais dos trabalhadores, ordenados de empregados ou qualquer outra despesa corrente.²⁵ A Real Extração passava os bilhetes ou letras que eram pagas quando a ajuda de custo fornecida pela Provedoria de Vila Rica estivesse disponível. A operação funcionava da seguinte forma: “de cada quantia devida se faziam dois bilhetes idênticos: um, que se cortava pela tarja, que havia no meio da folha, e se entregava ao credor; o outro, que ficava no livro, servia de registro para a conferência que se devia fazer na ocasião do pagamento”.²⁶

Como sabemos, o valor inicial da assistência era de duzentos contos de réis, quase nunca suficientes para manter em equilíbrio as contas da Administração, as quais constantemente excediam o limite. Por isso, os bilhetes foram extremamente utilizados no período. Ainda conforme as *Memórias* de Joaquim Felício dos Santos, até 1776 os bilhetes eram pagos com pontualidade pela administração; já a partir de 1777, a junta passou a ter dificuldade em quitá-los. As transações comerciais continuaram e, por conseguinte, as dívidas. Em 1778, foram pagos somente os primeiros bilhetes apresentados, aumentando sua depreciação. Para o autor, o quadro era tão grave que até meados do século XIX havia possuidores de bilhetes da Real Extração sem o devido pagamento.²⁷

Ainda para utilização nas dependências da administração diamantina, foram adquiridas 75 dúzias de bocetas de chifre, 60 dúzias de caixas de chifre, 8 dúzias de candeias de ferro, 70 dúzias de canivetes e 166 dúzias de limas diversas. Para garantir segurança nos espaços da Real Extração, em 1779 foram comprados 48 fechaduras mouriscas e 12 cadeados ingleses grandes, usados nos cofres da Intendência. Fechaduras e cadeados também eram utilizados nos serviços de mineração para evitar furtos de diamantes e mercadorias guardadas nos paióis. Para a limpeza, 8 libras de sabão de França e 8 de sabão de Veneza foram enviados de Lisboa de 1780 a 1789, e 4 dúzias de “vassouras de Algarve”, do Rio de Janeiro. Além disso, objetos relacionados às refeições, como copos de vidro para água e vinho, facas com cabo, de chapas ou flamengas, marmitas e sopeiras de estanho, foram comprados tanto de Lisboa quanto do Rio de Janeiro.

Os artigos religiosos também estavam presentes no cotidiano das pessoas que trabalhavam na administração ou nas distantes lavras diamantinas, as quais contavam com capelas. No livro de contas da Real Extração, consta despesa da

25. Santos (1976, p. 136).

26. Bessa (1981, p. 63).

27. Santos (1976).

28. Bluteau (1728, v. 10, p. 554).

29. Meneses, José (2016, p. 19).

30. Meneses, José (2011, p. 398).

31. Meneses, José (2016, p. 20).

compra de 30 dúzias de “coroas em cruces de pau” e 65 dúzias de “coroas para rezar”. Coroas são equivalentes aos terços ou rosários. Diz-se, portanto, “rezar uma coroa”, “rezar a coroa de Nossa Senhora”. Segundo Bluteau, por exemplo, “a coroa de Nossa Senhora é composta de Setenta, & duas, ou mais Ave Marias, com seus Padres Nossos, em memoria, & veneração dos setenta, & dois, ou mais espinhos da coroa de Nosso Senhor Jesus Cristo”.²⁸ Dessa forma, o consumo também estava intimamente ligado às práticas espirituais, de modo que seria impossível separar o material do imaterial. Reportamo-nos novamente à discussão citada no início deste texto. Empreendido por José Newton Coelho Meneses, o debate versa sobre a inviabilidade de cindir as referidas dimensões da cultura. Para o autor, devemos “romper com o pensamento dualista que tende a opor materialidade e imaterialidade”, valorizando, desvalorizando ou supervalorizando um ou outro.²⁹ O imaterial – isto é, os valores, os símbolos, os modos de fazer e as técnicas – não pode ser dissociado do material. De acordo com a reflexão proposta pelo autor, “os historiadores podem tomar os elementos concretos da cultura, em si mesmos, como expressão social, na dinâmica dos interesses econômicos, das convicções ideológicas; como representações sociais de valores e de símbolos de relevâncias humanas”.³⁰ Essa seria uma maneira de “dar significação à materialidade”.³¹

MATERIAIS PARA AS “FÁBRICAS E LABORAÇÃO”

O que era necessário para extrair diamantes nas “fábricas” de mineração? Quais as matérias-primas e ferramentas? Quais eram os circuitos de distribuição? De acordo com o já mencionado livro de contas da Real Extração, foi possível identificar praticamente tudo que era indispensável à exploração diamantífera. Todos os “elementos materiais” comprados e/ou enviados de Lisboa eram remetidos aos comissários da Administração, no Rio de Janeiro. Dali, a cargo dos empregados de Francisco de Araújo Pereira e Companhia, as mercadorias seguiam em lombo de burro até o Arraial do Tejuco, onde eram entregues aos administradores locais, que por sua vez distribuíam as mercadorias entre os diversos serviços de mineração.

Outra particularidade desse processo é a isenção de impostos. De modo geral, como sabemos, sobre todo gênero importado ou procedente de outras partes da América portuguesa incidiam muitos tributos na chegada às Minas Gerais. Na maior parte do tempo, os direitos de entrada eram arrecadados por contratadores nos registros que davam acesso à capitania. Os produtos destinados ao Distrito Diamantino eram bitributados nos registros próprios do território: Caeté-Mirim,

Rabelo, Palheiro, Pé-do-Morro, Inhacica e Paraúna, situados na entrada da zona diamantífera, pelos quais deveria passar quem se dirigisse ao Arraial do Tejuco com suas mercadorias. Entretanto, os produtos exclusivamente enviados à Real Extração eram isentos de tributos desde sua saída de Portugal, conforme aviso expedido em Lisboa no dia 21 de setembro de 1778:

A Rainha Minha Senhora é servida que, na Mesa do Consulado da Saída, se dê despacho livre de todos e quaisquer direitos e contribuições aos gêneros contidos nas relações inclusas assinadas por Luís José de Brito, deputado da Junta da Real Extração dos Diamantes; os quais se remetem no navio N. Snr.^o do Loreto, de que é capitão Nicolau Rodrigues dos Santos, para o Rio de Janeiro, por conta e risco da mesma Real Extração, para o consumo das suas fábricas e laboração: o que V. Sri.^o fará executar sem embargo de quaisquer ordens em contrário.³²

Assim funcionava o esquema de importações destinadas ao consumo das fábricas e laboração nos serviços de mineração de diamantes. Cotidianamente usados em tabuleiros, grupiaras, córregos e rios, o aço e o ferro estavam entre as mercadorias mais importadas. Cerca de 555 arrobas, 151 quintais e 29 libras de aço fino – oriundo da região da Lombardia, mais precisamente de Milão – foram enviadas ao Arraial do Tejuco pelos diretores gerais da Real Extração, que estavam em Lisboa. O ferro importado por Portugal antes de ser remetido ao Distrito Diamantino tinha três origens: Biscaia, Suécia e Alemanha. Da atual província espanhola, entre 1779 e 1780 foram compradas 131 barras de ferro, totalizando, em massa, 1 arroba, 60 quintais e 54 libras. Já em 1782, 188 barras (103 quintais e 18 libras) foram trazidas da Suécia.

A maior parte do ferro, no entanto, vinha da Alemanha: 1.587 barras de ferro comum chegaram ao Distrito em 1780, 1784 e 1785; em 1783, 14 barras de “ferro estreito”, 110 barras de “ferro meio largo” e 85 de “ferro largo”, além de 219 barras de ferro tipo vergalhão. Uma das explicações para a grande quantidade de ferro importado é sua utilização na construção das fábricas de mineração, que se desgastavam facilmente pelo uso excessivo e pelo constante contato com a água. Além disso, o ferro servia à confecção de ferramentas como as citadas anteriormente e outras como a verruma e a marreta, ambas utilizadas no dia a dia dos serviços diamantíferos.

Matéria-prima fundamental para a exploração das pedras preciosas, a pólvora, tida para o naturalista Joaquim Veloso de Miranda como “gênero tão caro, como raro, nesta capitania”,³³ era importada do Reino, onde, segundo o engenheiro-mor e coronel Manoel Azevedo Fortes, se fabricava a melhor pólvora “de toda a Europa, pela Real Providência de Sua Majestade”.³⁴ Assim, entre 1774 e 1784, dos reais armazéns de Portugal foram enviados ao Distrito Diamantino 90

32. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (1778, p. 279-280).

33. Officio... (1898, p. 273-274).

34. Fortes (1728, p. 451-452).

35. Reis (2007, p. 127).
36. Reis (2007, p. 157).
37. Silva (1789, p. 289-290).
38. Reis (2007, p. 160).
39. Reis (2007, p. 161).
40. Silva (1789, p. 846).

quintais e 50 barris de pólvora grossa, 42 quintais e 4 barris de pólvora fina e 40 quintais e 80 barris de “pólvora de guerra”. Utilizada de forma semelhante tanto na produção de ouro quanto de diamante, de acordo com Flávia Maria da Mata Reis, a pólvora servia

não apenas para fragmentar rochas mais duras encontradas na abertura das galerias ou nos desmontes de talho aberto, mas também nas explorações dos aluviões, onde era usada para desobstruir o leito dos cursos d’água, romper cachoeiras, ou ainda, para quebrar grandes blocos de pedra que muitas vezes impediam o percurso dos canais de adução pelas encostas.³⁵

Além do ferro, do aço e da pólvora, que compunham o trio fundamental nas lavras diamantinas – sem os quais os trabalhos poderiam ser prejudicados –, outro artefato manejado pelos escravos e extremamente necessário nos serviços de mineração era o rosário, “também chamado de ‘bomba’ ou ‘roda de minerar’ pelos mineradores setecentistas. Na realidade, corresponde à antiga nora, um tipo de máquina para a elevação de água de poços e cisternas, conhecida há tempos por portugueses e espanhóis”.³⁶ Além de 70 dúzias deles, a Real Extração importou com muita frequência as taxas de bomba, possivelmente utilizadas juntamente com o rosário, pois, grosso modo, desempenhavam o mesmo papel: esgotar a água do local a ser minerado. No dicionário de Antônio Moraes Silva, de 1789, entre outras acepções, a palavra “bomba” é definida como “máquina, que consiste em um tubo vasado pelo meio, em cujo vão anda um embolo, a que está pegada uma manga de pau, e levantando-se o embolo, ou zonchando, sobre polo vazio que ele deixa água de algum poço, e vasa-se por um orifício, que está ao lado da bomba”. Outro significado é: “canudo, ou sifão curvo, que serve de vasar os líquidos contidos nas pipas, e outros vasos, metendo-se o ar, então o líquido sai pela outra ponta, que fica fora”.³⁷ Flávia Reis afirmou em nota de rodapé de seu texto que, “até onde foi possível investigar, os mineradores das Minas não utilizaram de bombas de sucção nas suas lavras”.³⁸ A autora, obviamente, estava se referindo às lavras de particulares. Talvez a dificuldade de importação e o alto custo – em média seiscentas oitavas de ouro –³⁹ justifiquem a ausência de bombas entre os mineiros. As bombas e as taxas compradas pela Administração Diamantina vieram principalmente de Lisboa, sendo algumas de origem inglesa.

As verrumas, instrumentos de ferro utilizados para fazer furos na madeira,⁴⁰ foram enviadas aos milhares de Lisboa ou do Rio de Janeiro. Uma explicação possível para esse grande número reside na complexidade dos moldes para a fundição da ferramenta. Por isso, talvez fosse mais difícil produzi-la em Minas Gerais. Pelos variados usos, pregos também eram adquiridos em grandes

quantidades. Esses e outros materiais deviam ser utilizados na construção de praticamente todo aparato necessário nos serviços de mineração, especialmente nos recintos de madeira, como os paióis, “onde se guardavam os cascalhos extraídos para se evitarem os furtos”.⁴¹ Além de servir para sustentar a estrutura das lavras e a construção de bicames e arrimos, a madeira também estava presente na edificação dos armazéns da Administração, nas lojas de botica, nas senzalas para a “convalescença” dos escravos, locais nos quais a sociabilidade da vida cotidiana era tecida sob o brilho dos diamantes.

Foles de ferro também foram comprados para a confecção de instrumentos de metal, evidenciando a importância desse ofício nos serviços de mineração da Real Extração. Ademais, foram adquiridos outros importantes itens, como os braços de balança para facilitar a pesagem dos diamantes e diversos tachos de cobre que, embora fossem empregados no uso doméstico, também eram usados pelos escravos na apuração dos cascalhos sob o olhar dos feitores.

SAÚDE E ALIMENTAÇÃO

Fragmentar rochas, quebrar blocos de pedra e romper cachoeiras eram tarefas desempenhadas diariamente pelos milhares de escravos nos serviços de mineração. O trabalho árduo causava inúmeras doenças nessa população. Os viajantes Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, ao passarem pelo Distrito Diamantino no início do século XIX, notaram que muitos escravos eram frequentemente acometidos pela elefantíase e a chamada *arcus senilis*, isto é, “o endurecimento (em arco) da córnea em volta da pupila”.⁴² Ainda que acreditassem ser uma “doença dos negros” ou relacionada à predisposição e “fraqueza dos olhos dessa raça”, eles afirmaram que sua causa também estava ligada à

claridade ofuscante do sol, que os rochedos brancos refletem, no esforço dos olhos, na congestão do sangue para a cabeça, como necessária consequência da posição do negro ao lavar ouro e diamantes, no contínuo resfriamento das extremidades com o aquecimento do resto do corpo, inclinado à transpiração, na alimentação grosseira de feijão preto, fubá de milho e toicinho, e, sobretudo, no consumo da cachaça nova.⁴³

A partir desse relato, é possível imaginar as difíceis condições de trabalho nas zonas mineradoras. Sob o olhar atento dos feitores, os escravos ficavam inclinados por muito tempo dentro da água em baixa temperatura enquanto lavavam os cascalhos. Certamente, essa não era a única doença que acometia a população escrava. Embora não se mencione o tipo de enfermidade, na

41. Lima Júnior (1978, p. 69).

42. Spix; Martius (1981, p. 44).

43. Spix; Martius (1981, p. 44).

44. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (1786a, p. 58).

45. *Ibidem*, p. 76.

46. Mendes (2012, p. 116).

47. Henriques (1750, p. 166).

48. A libra portuguesa também é conhecida como arátel. Sua equivalência métrica corresponde a 0,459 kg. É, portanto, diferente da libra francesa ou da inglesa. Cf. Mendes (2012).

documentação pesquisada alguns dados financeiros evidenciam o tratamento médico de escravos no hospital da Real Extração. Em 1774, o dispêndio com o curativo de cativos próprios da Administração foi de 468\$150 réis.⁴⁴ Já no ano de 1775, o gasto com medicamentos usados na cura dos escravos caiu quase pela metade, para 288\$845 réis.⁴⁵ De fato, era grande a quantidade de drogas de boticas importadas para uso no hospital da Real Extração e nas diversas boticas das lavras de mineração.

Algumas drogas eram pedidas em grandes quantidades pelos administradores do Tejuco. O alvaiade (carbonato de chumbo), um dos componentes utilizados na mistura complementada com azeite doce, solimão e leite de peito para curar “chagas, cacoete e formigueiros”,⁴⁶ chegou ao Distrito nos anos de 1775, 1779, 1785 e 1789, totalizando 23 arrobas e 80 libras. Os emplastros também eram muito utilizados: vieram de Lisboa dezenas de libras de vários tipos: emplastro alforético manrique, emplastro contra rotura, emplastro de cicuta e emplastro de galbano crocado. Entre 1775 e 1789, eles solicitaram 6 arrobas de maná de “primeira e segunda sorte”; 1 arroba e 32 libras de tamarindos; 4 arrobas e 128 libras de salitre refinado; 17 arrobas e 52 libras de salsa; 5 arrobas e 20 libras de pez louro; 2 arrobas de pez negro e; 2 arrobas e 64 libras de “fezes de ouro”. De nome curioso, este último é um tipo de unguento “que sendo bem feito é excelente em secar todas as defedações que provêm de humores falinos, e de ácidos exulcerantes”.⁴⁷

Até mesmo drogas menos utilizadas poderiam ser encontradas nas boticas da Real Extração: panaceia de São Vicente, semente de alcarávia, acrimônia, betônica, cinábrio, cravo da Índia, escórdio, espírito de nitro doce, espírito volátil oleoso aromático, esponja fina, estoraque (um tipo de bálsamo) calamita e líquido, galanga, hepática, noz moscada, pedra medicamentosa, sal giesta, sumo de alcaçuz e vitríolo. Não mais que duas libras⁴⁸ de cada foram compradas no período compreendido entre 1779 e 1789.

Segundo os diretores gerais da Real Extração, a maior despesa com os escravos enfermos dizia respeito à alimentação especial recomendada pelos médicos. Para tratar os adoecidos empregados nas lavras diamantíferas, o alimento mais indicado pelos médicos era a canja de galinha. Segundo Leila Mezan Algranti, o referido hábito era muito difundido no século XVII e relacionado a saberes médicos da Metrópole, como atesta o médico português Simão Pinheiro Morão:

dar-se galinha ou frango aos enfermos não é só por serem quentes, nem frios, senão por darem mais ou menos substância ao corpo e assim todas as vezes que queremos diminuir os humores damos alimento tênue qual é o frango que nos acrescenta também por ser fresco, e todas as vezes que queremos recuperar forças e acrescentar os humores naturais

perdidos, damos alimento mais substancial que é a galinha ou franga, as quais têm as qualidades temperadas e são de fácil cozimento, que é o que os enfermos hão mister.⁴⁹

“Comer na Idade Moderna era sempre uma maneira de se cuidar”, lembra Daniel Roche.⁵⁰ O costume alimentar indicado pelo médico, claramente baseado no equilíbrio de humores e na farmacologia de Galeno,⁵¹ aumentava as despesas, de modo que os administradores deveriam diminuir as avultadas compras de galinhas e fazer com que os escravos fossem “tratados com alimentos mais próprios às suas moléstias, e de mais substância”. Além disso, os diretores recomendavam “que tenham sempre debaixo de vista aos enfermeiros para que estes não demorem os escravos, que estiverem em estado de poderem trabalhar, e os remetam para o serviços em que estiverem empregados”.⁵² O hospital, assim, funcionava como mecanismo de controle da mão de obra, ao curar os doentes por meio da dieta e da aplicação de medicamentos com o objetivo de acelerar a volta dos escravos ao trabalho de mineração.

Quanto ao consumo alimentar descrito pelos viajantes, algumas considerações devem ser feitas. De fato, a alimentação dos escravos empregados nos serviços de mineração, assim como de muitos funcionários subalternos, como pedestres e compradores de mantimentos, era composta basicamente de milho, fubá, feijão, carne, sal, azeite de mamona. Além disso, eles também recebiam fumo dos administradores da Real Extração. No entanto, seria errôneo determinar que as características alimentares se resumissem ao oferecido pela referida instituição. De acordo com Daniel Roche, “apreciar o regime alimentar da maioria da população é levar em conta também as ‘ervas’ do jardim, os ovos e a pequena criação, a caça autorizada ou proibida, a pesca, as colheitas na floresta, a diversidade geográfica e a variação social”.⁵³ Em sua pesquisa sobre a Comarca do Serro do Frio, Meneses afirmou que os alimentos que “davam no mato”, como os frutos silvestres, enriqueciam a alimentação cotidiana não somente de escravos, mas também de outras pessoas, sobretudo aquelas que moravam na roça.⁵⁴

É necessário ressaltar que entre os consumidores desses alimentos não há menções aos altos funcionários da Real Extração. Diferentemente dos escravos e empregados subalternos, os administradores e feitores recebiam cento e vinte mil réis e setenta e dois mil réis, respectivamente, “para sem outro suprimento se sustentarem à sua própria custa”.⁵⁵ Ou seja, eles não dependiam das compras da Real Extração para se alimentarem, pois recebiam ajuda em dinheiro para o sustento. Não é o caso de supor que a dieta dessas pessoas se diferenciasse muito da dieta das camadas inferiores. Para Meneses, é provável que os alimentos de ricos e pobres não variassem muito, ao contrário dos hábitos à mesa, como o uso

49. Morão apud Algranti (1997, p. 128).

50. Roche (2000, p. 326).

51. Segundo Leila Algranti, “na farmacologia de Galeno, baseada na fisiologia humoral, a vida era mantida pelo equilíbrio entre os quatro humores: sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra. Cada um desses humores tinha diferentes qualidades (o sangue era quente e úmido; a fleuma fria e úmida; a bÍlis amarela quente e seca; a bÍlis negra fria e seca). A doença seria decorrência do desequilíbrio de um desses humores. As alterações eram derivadas dos alimentos, os quais quando assimilados pelo organismo davam origem aos quatro humores. A terapêutica indicada seria corrigir o desequilíbrio com a ingestão de alimentos com qualidades contrárias, sendo que estas poderiam ser atingidas por meio da combinação de temperos” (2010, p. 111).

52. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (1776, p. 152-154).

53. Roche (2000, p. 300).

54. Meneses, José (2000, p. 119).

55. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (1789, p. 346-362).

56. Meneses, José (2000, p. 113).

57. Algranti (2010, p. 107).

58. Meneses, José (2000, p. 179).

59. Roche (2000, p. 277).

60. Roche (2007, p. 32).

de talheres. Além disso, ainda de acordo com o autor, o milho, gênero que mais aparece no quadro, “era o produto alimentar mais consumido, tanto pelas pessoas de posse, quanto pelo homem comum”.⁵⁶ Na mesa da corte josefina, segundo Leila Algranti, “o pão e a carne eram os elementos centrais na composição de uma refeição”.⁵⁷ Na colônia, salienta Meneses, “as culturas de milho e feijão se configuraram na associação da produção agrícola mais comum daquele tempo”.⁵⁸ O milho, sob a forma de fubá ou farinha, estava muito presente na alimentação básica das pessoas ligadas à Real Extração, apesar de não compor sozinho as refeições. Dessa forma, é possível inferir que a alimentação dos escravos não fosse tão diferente ou grosseira em relação ao restante da população, como relataram os viajantes Spix e Martius. Seja como for, os diretores e administradores da Real Extração sempre demonstraram preocupação em garantir o abastecimento alimentar dos escravos, os maiores responsáveis pela execução do árduo trabalho.

A INDUMENTÁRIA NOS SERVIÇOS DIAMANTINOS

Assim como as ferramentas, o vestuário era essencial ao trabalho realizado nos serviços de mineração. Vestidos quase de forma idêntica, os homens da Real Extração, escravos ou livres, seguravam almocafres e bateias, quebravam rochas, desviavam o curso natural das águas e construíam bicames para a lavagem dos cascalhos. A Administração controlava e vestia seus corpos. O vestir laboral hierarquizava, classificava e “impunha uma homogeneidade das práticas”.⁵⁹ Por isso, nos serviços diamantinos, o fardamento ou a uniformização era indispensável. Além de proteger os indivíduos das intempéries climáticas, a indumentária refletia as normas da realidade estudada. Calção e camisa, comumente na cor azul, e chapéu de palha compunham o vestuário dos escravos nas diversas áreas de extração de diamantes. A homogeneização da indumentária servia claramente ao controle dos feitores, que vigiavam os que se arriscavam a desviar do trabalho principal de mineração ou que intentavam uma fuga. A partir da identificação dos tecidos, aviamentos e acessórios importados pela Real Extração, observamos que a indumentária, como uma das dimensões materiais daquela realidade social, dizia muito sobre a interação entre corpo, espaço e objetos. Conforme pondera Daniel Roche, o estudo das vestimentas não pode ser visto como um enunciado de trivialidades do cotidiano, não se limita à curiosidade. Por meio dele alcançamos os fatos sociais nos quais podemos apreender, para além do processo de produção e consumo, “um repertório de modos de agir, uma pedagogia das maneiras, um catálogo de práticas simbólicas”.⁶⁰

O abastecimento de vestuário, acessórios e aviamentos revela que as autoridades da Real Extração preferiam importar tecidos tidos como mais rústicos. A baeta é um exemplo de pano que, segundo Marco Aurélio Drumond, “ocupou lugar de destaque nas Minas setecentistas”.⁶¹ Diversos tipos de baetas foram os tecidos mais importados de Lisboa de 1774 até 1782: 6 peças de baetins; 97 de baeta; mais de 30 de baetas azuis; 12 de baetas encarnadas; 18 de baeta fina azul; 1 de baetão “avinhado”; 3 de baetão “azul ferrete da terra”; 3 de baetão carmesim; e 3 peças de baetão cor de rosa, ferrete e verde. Para Drumond, “o grande volume disponível deste pano é perfeitamente compreensível quando levamos em conta a sua versatilidade. Além das roupas, a baeta era o tecido mais usado para forrar determinadas peças, além de ser matéria-prima de outros artigos, como cobertores, colchas etc.”.⁶² Esse tecido era utilizado também na confecção dos arreios de animais, sobretudo selas e selins. Dessa forma, a baeta era o tecido mais utilizado “pelas suas características que pelo seu custo, já que não era o tecido mais barato, custando em média 0\$560 (quinhentos e sessenta réis) o côvado”.⁶³

Embora os administradores devessem priorizar os produtos do Reino em razão da diferença de preço, para dar forma de roupa aos tecidos, as autoridades do Tejuco adquiriram de comerciantes cariocas – por intermédio dos comissários da Real Extração – a maioria dos artigos e aviamentos necessários. Assim, do Rio de Janeiro vieram mercadorias como agulhas, barbantes, botões, cravos. O comissário Francisco de Araújo Pereira também enviou algumas varas e peças de tecidos como a aniagem e a baeta.

Além desses artigos, a importação de chapéus chama a atenção pela quantidade adquirida. Entre 1772 e 1785, quase 6 mil chapéus de diversos tipos foram enviados aos administradores no Arraial do Tejuco. A partir deste dado, é possível perceber que a Real Extração raramente negociava com os comerciantes locais, exceto no caso dos alimentos, que eram em sua maioria comprados no mercado interno. Seja como for, existiam muitas casas de comércio na região, como a do português João de Azevedo Pereira. Ao analisar seu inventário *post-mortem*, Meneses desvelou que o estoque de sua loja de fazendas secas era extenso. Nela poderiam ser encontradas “roupas de cama e mesa, vestimentas, aviamentos, panos, chapéus, espelhos, armas, chumbo e pólvora, balanças de ferro de engomar, tesouras de diversos tamanhos e usos”.⁶⁴ Ele não era único. João Carneiro da Silva, visto por alguns como contrabandista de diamantes,⁶⁵ administrava a maior loja de revenda de gêneros de João Rodrigues de Macedo, contratador das entradas da Capitania de Minas Gerais.⁶⁶ Curiosamente, em 1781, João Carneiro da Silva escreveu uma carta a Vicente Vieira da Mota relatando a impossibilidade

61. Drumond (2008, p. 59).

62. Drumond (2008, p. 59).

63. Drumond (2008, p. 61).

64. Meneses, José (2000, p. 125).

65. Pouco se sabe efetivamente sobre o comerciante. Joaquim Felício dos Santos afirmou que João Carneiro da Silva residia no Tejuco e era “um dos homens mais poderosos da Comarca por sua riqueza e por ser tenente-coronel de milícia. Sua fortuna se dizia provir do contrabando de diamantes, que exercia de sociedade com um João Rodrigues, morador em Vila Rica; mas era protegido pelo governador Luís da Cunha Meneses, que lhe dera uma portaria para não poder ser preso em parte alguma sem sua ordem especial, visto estar encarregado de certas diligências secretas, a bem da ordem pública: assim até então se conservava impune no Tejuco” (1976, p. 148).

66. Cf. Fonseca (2005).

67. Cf. Biblioteca Nacional do Brasil (1781).

68. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (1783, p. 243-245).

69. *Ibidem*, p. 243-245.

70. Ferreira (2009).

71. Drumond (2008, p. 119-120).

de fornecer “100 chapéus de couro” porque há muito não os comprava para revender naquela localidade.⁶⁷ A justificativa foi a falta de compradores. Como as mercadorias eram bitributadas ao chegar no Distrito Diamantino, a explicação mais plausível para o grande consumo de chapéus na região e, ao mesmo tempo, o fracasso das vendas de João Carneiro da Silva, talvez seja o preço. Aliás, os diretores da Real Extração sempre estavam preocupados com aumento dos custos do abastecimento. Para evitá-los, recomendava-se que sempre devessem ser pedidos com antecedência, para serem adquiridos em Portugal e não no Rio de Janeiro, onde os gêneros de toda sorte costumavam ser mais caros.

É certo que, assim como os tecidos mais grosseiros, a maior parte dos chapéus também fosse para uso e proteção da população escrava. Uma evidência que corrobora nesse sentido é a solicitação feita pelos administradores da Real Extração em 30 de dezembro de 1783. Na carta dirigida aos comissários do Rio de Janeiro, eles pediram que fossem enviados o quanto antes ao Tejuco “quinhentos côvados de baeta e trezentos e cinquenta chapéus do Porto para completarem o fardamento da escravatura”.⁶⁸ Quando foram realizar pagamento desses itens aos comissários do Rio de Janeiro, ordenaram que nada deveria ser comprado nessa capitania pelo motivo já citado: o preço. Os diretores tentavam controlar esse processo, mas os administradores quase nunca levavam em consideração as ordens recebidas. Por isso, os diretores diziam que “apesar da repetição [d]esta ordem, e das suas obrigações de procurarem, e seguirem sempre o mais útil para a Real Fazenda, continuam nesta parte em praticar o contrário”.⁶⁹

De acordo com Rodrigo Ferreira, nos trabalhos diamantíferos, os escravos usavam um chapéu e uma calça de tecido grosseiro e um brinco de argola.⁷⁰ Já para Drumond, os escravos usavam “apenas um calção “sunga” confeccionado com panos grossos, uns com um timão e chapéu também grosseiro, ou de palha, e outros sem camisa”,⁷¹ o que faz sentido, já que muitos trabalhavam com as pernas mergulhadas enquanto lavavam os cascalhos. Os chapéus também eram usados pelos feitores que vigiavam os escravos nas lavagens de cascalhos. A rústica indumentária destes, porém, era mais completa, incluindo calção, véstia, casaca, chapéu e botas.

A Real Extração era a responsável por mandar fazer o vestuário dos escravos com os tecidos como a baeta, o que parecia uma tarefa não muito fácil, como escreveu o mestre alfaiate e morador do Arraial do Tejuco, José de Lucena e Silva. Em 1790, ao solicitar o lugar de alfaiate da Real Extração dos Diamantes, para tomar conta do vestuário dos empregados da Administração, ele justificou o pedido dizendo que

a Administração da Real Extração dos Diamantes está continuamente mandando fazer vestuário para os escravos e mais pessoas que se empregam na dita extração, e muitas vezes não é bem servida pela falta de oficiais [de] lugares mui distantes em que assistem, e por não haver um oficial a quem esteja encarregado o aprontar o vestuário preciso.⁷²

Portanto, diferente da comarca do Rio das Velhas, estudada por Drumond, onde “as roupas destinadas aos escravos eram confeccionadas por eles mesmos, a partir da produção caseira de fios e tecidos grosseiros feitos de lã”,⁷³ a Real Extração contava com alfaiates para “aprontar o vestuário” destinado à escravaria. Afinal, ali, os escravos eram empregados exclusivamente na mineração. Servirem-se deles em outras funções desviaria dos propósitos da Administração, para a qual a extração de diamantes era prioridade na utilização da mão de obra negra. O tecido mais utilizado para a vestimenta dos escravos não era a linhagem, “tecido de linho da pior qualidade”,⁷⁴ como pontuou o referido autor, mas, no caso do Distrito, a baeta. Assim, a maior parte dos tecidos importados pela Real Extração, obviamente não luxuosos, servia para vestir os escravos e funcionários subalternos nos serviços de mineração, tarefa assumida desde a monopolização régia dos diamantes. A preocupação com a mão de obra empregada na extração de diamantes mostra que os escravos não estavam tão desassistidos como escreveram Spix e Martius no início do século XIX.⁷⁵ No entanto, é preciso reconhecer que a saúde dos escravos era preservada para que eles não parassem nunca de trabalhar, assim como acontecia com os escravos que se encontravam no hospital. Nesse contexto, a demanda pela roupa estava ligada aos “múltiplos procedimentos de moldagem e de controle do corpo”,⁷⁶ sobretudo o do escravo.

72. Arquivo Histórico Ultramarino (1790).

73. Drumond (2008, p. 69).

74. Drumond (2008, p. 69).

75. Spix; Martius (1981).

76. Roche (2000, p. 260).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abastecimento na Demarcação Diamantina era complexo. Para garantir a produção diamantífera, a Real Extração se ocupou da compra, da organização e da distribuição de enorme quantidade de produtos importados. A administração também tentou controlar o comércio ao estabelecer regras, e incentivou a produção interna de víveres na medida em que adquiria dos roceiros os gêneros necessários para a alimentação dos mineradores. Constantemente intervindo em tais questões, é bem verdade, objetivava-se combater o extravio de diamantes e controlar as receitas e despesas, entretanto o controle do abastecimento não era apenas uma questão de pragmatismo fiscal e administrativo – visava-se também à garantia da

sobrevivência de incontável número de empregados e escravos, sem os quais a atividade nuclear estaria comprometida.

Ao descrevermos os “trechos, troços e coisas”⁷⁷ que os homens criavam, consumiam e usavam nos serviços de mineração do Distrito Diamantino, por vezes tentamos interpretar fatos sociais, conflitos e relações de força próprios do cotidiano daquele contexto. A partir das reflexões propostas por estudiosos da chamada cultura material, desvelamos alguns dos principais aspectos da dinâmica entre essa cultura e o trabalho nas lavras diamantinas. Na relação entre vida e trabalho, material e imaterial, sujeitos e coisas, foi possível compreender alguns valores do imaginário e normas da realidade vivida naquele mundo propulsionado pela economia dos diamantes.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. *Livro de registro de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, 1772-1789*. Lisboa: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Livro 4087.

_____. Erário Régio. *Livro primeiro do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia*, 29 mar. 1776. Lisboa: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Livro 4088, p. 152-154.

_____. Erário Régio. *Livro primeiro do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia*, 21 set. 1778. Lisboa: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Livro 4088, p. 279-280.

_____. Erário Régio. *Livro segundo do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia*, 30 dez. 1783. Lisboa: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Livro 4089, p. 243-245.

_____. Erário Régio. *Diário segundo do livro mestre da diretoria geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real*, 6 nov. 1786a. Lisboa: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Livro 4084, p. 58-59.

_____. Erário Régio. *Diário segundo do livro mestre da diretoria geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real*, 2 dez. 1786b. Lisboa: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Livro 4084, p. 65-76.

_____. Erário Régio. *Livro segundo do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia*, 6 jul. 1789. Lisboa: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Livro 4089, p. 346-362.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Conselho Ultramarino*, Brasil, 16 out. 1790. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 135, documento 47.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Coleção pombalina*, 17--?. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Códice 642, fls. 379-379 v.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Coleção pombalina*, 3 ago. 1771. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Códice 691, fls. 70-73 v.

BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL. *Casa dos contos*, 12 jul. 1871. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Brasil. Caixa 10, 22, 008, n. 014.

FONTES IMPRESSAS

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 v.

FORTES, Manuel Azevedo. *O engenheiro portuguez*: dividido em dous tratados... Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1728-1729. 2 v.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Medicina lusitana*: socorro delphico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males. Porto: Officina Episcopal de Manoel Pedroso Coimbra, 1750.

MENDES, José António. *Governo de mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais legoas*: padecendo por esta causa os seus domesticos e escravos queixas... Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2012.

OFFICIO do Dr. Joaquim Velloso de Miranda sobre a extracção do salitre na capitania (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, p. 273-274, abr./jun. 1898.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*: 1817-1820. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v. 2.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

_____. Notas sobre a mesa da casa Real portuguesa no reinado de D. José. In: SÁ, Isabel dos Guimarães; FERÁÑDEZ, Máximo García (dirs.). *Portas adentro: comer, vestir, habitar na Península Ibérica: ss. XVI-XIX*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial de la Universidad de Valladolid; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 87-112.

BESSA, Antônio Luiz de. *História financeira de Minas Gerais em 70 anos de república*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. v. 1.

BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.

DRUMOND, Marco Aurélio. *Indumentária e cultura material: produção, comércio e usos na comarca do Rio das Velhas (1711-1750)*. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)*. Belo Horizonte: Fumarç; São Paulo: Letra & Voz, 2009.

FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. *João Rodrigues de Macedo: ações e transações*. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

_____. Apresentação: dossiê elementos materiais da cultura e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 397-404, jul./dez. 2011.

_____. *Artes fabris e ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

_____. Apresentação: culturas alimentares, práticas e artefatos. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 15-20, jan./abr. 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1983.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUINTÃO, Régis Clemente. *Sob o “régio braço”: a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805)*. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, 1996.

_____. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 8-9, n. 1, p. 281-291, 2003.

_____. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2012. p. 133-150.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das minas do Século XVIII (1702-1762)*. 2007. 299 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. *A cultura das aparências: uma história da indumentária: séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Senac, 2007.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Schwarcz, 1998. p. 267-304.

Artigo apresentado em 21/09/2017. Aprovado em 18/10/2017.

All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License

